

# **AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA - FINANCEIRA DO PROCESSO DE ENCAMPAMENTO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA PARAÍBA.**

RAMALHO, Raissa  
Aluna bolsista da UFPB  
raissatavares2009@hotmail.com  
MOREIRA, Ricardo  
Professor orientador  
ricardomoreira0203@hotmail.com

CENTRO DE TECNOLOGIA /DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE  
PRODUÇÃO /PROBEX

## **RESUMO**

Uma nova regulamentação para as Cooperativas de Eletrificação Rural (CER) teve início no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando alterou as normas para o setor elétrico brasileiro. Essa regulação possuiu a finalidade de equilibrar dois conceitos, O princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (ou de permissão) e o princípio da modicidade tarifária visando a coletividade ao serviço. Entretanto, as CER, que existiam há 40 anos e viviam em equilíbrio econômico entraram em grande desbalanço ao serem obrigadas a atender público indistinto. Foram analisadas todas as CER do Estado da Paraíba através de documentos primários envolvendo toda documentação trocada e atas de reuniões entre CER, Concessionária e ANEEL no período entre 2004 e 2011. Por deslize regulatórios de responsabilidade da ANEEL, a consequência foi o fechamento de todas as CER e o encampamento dos serviços e das linhas de distribuição pela concessionária de energia local. Esse processo representou perda do mercado, prejuízo de 55 milhões para as CER e conseqüentemente para o cooperado.

**PALAVRAS-CHAVE:** ANEEL, Encampamento, Cooperativismo.

## **INTRODUÇÃO**

A nova legislação do setor elétrico brasileiro modificou a abrangência e o modo de atuação das Cooperativas de Eletrificação Rural. A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica é o órgão regulador do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e tem normativamente como missão, proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio, entre os agentes e em benefício da sociedade, mas, muitas vezes, não age nessa direção. Neste trabalho foi estudado o pseudo-processo de regulamentação das cooperativas de Eletrificação Rural, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando alterou o SEB, antes

baseado nas idéias keynesianas para outro atual, baseado no neoliberalismo. Nesse processo, elas têm que ser enquadradas como permissionárias ou autorizadas, onde a ANEEL, argumentando seguir a Constituição Federal, tem criado resoluções exigindo ações que dificilmente cumprirão, e assim, as inviabilizam. Todo embasamento do trabalho teve como fundamento as análises das leis federais, normas internas da Agência, atas de reuniões e correspondências entre a ANEEL e as Cooperativas, sobretudo da Paraíba. Analisa o jogo de poder e os conflitos existentes entre a ANEEL, concessionárias e cooperativas, retratando o quadro crítico criado. Para tal, foi adotado a abordagem dos sistemas de poder e, em especial, foi usado o modelo criado por Mintzberg(1983), para entender a dinâmica da relação entre instituições envolvidas, como um processo de conflito.

## **DESENVOLVIMENTO**

Mintzberg (1983) afirma que há uma influência de poder dentro e fora das organizações. O ambiente é a própria sociedade maior, constituídas de outras empresas, organizações, grupos sociais, e a cultura, que é formada pelos operários, gerentes, idealismos, missões empresariais, etc.

A partir do entendimento da influência desses grupos, interna e externa nas organizações, o autor citado mostra que “estes constituintes interagem, barganhando entre si, parcelas de poder em relação à organização, formando as chamadas coalizão externa (CE) e coalizão interna (CI)”.

A CE seria composta por indivíduos ou organizações que não atuam como empregados de tempo integral da organização, mas que podem influenciar nos seus resultados. São os proprietários; os sindicatos e associações de empregados; os fornecedores, aliados, competidores e clientes; o Governo, organizações não governamentais, associações civis, imprensa, etc.

A CI seria formada pelos empregados em tempo integral. São eles, o presidente ou executivo principal; os gerentes, responsáveis pelas operações de setores como planejamento, financeiro, contabilidade; os operadores (aqueles que efetivamente produzem ou diretamente contribuem para os produtos e serviços); pessoal de apoio, (atividades meio: xerox, café, limpeza, etc) e considera-se ainda a tecnologia, a cultura

organizacional e a ideologia, constituída das crenças e valores compartilhados pelos membros da CI.

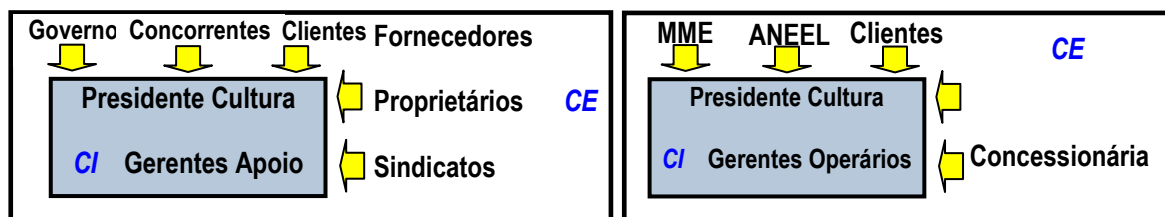


Figura 1: O modelo de Mintzberg

Figura 2: Adaptação do modelo ao setor elétrico com cooperativas (Elaborado pelo autor)

FONTE: Adaptado de Mintzberg(1983)

As figuras 1 e 2 ilustram o modelo adotado e mostram os diversos grupos, dando uma idéia da influência exercida por eles.

Para Borenstein(1996), o entendimento da ação dos membros das coalizões, passa pelo conceito de detentor de influência, entendendo que um participante (indivíduo ou organização) de qualquer sistema possui, em relação a este sistema e ao seu poder, três opções: (a) *cooperação*, isto é, submeter-se e contribuir conforme esperado; (b) *abandono*, retirando-se da influência do sistema ou (c) *influência*, permanecendo no sistema e agindo no sentido de mudar o estado de coisas que não estão de acordo com o desejado. Essas opções são importantes para o entendimento do comportamento de membros das coalizões do SEB.

Então convém que adote o conceito de tradicional de "stakeholder" de Freeman, bastante discutido por Jochen (2007), com o seguinte significado: qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar o alcance dos objetivos organizacionais, ou que é afetado pelo alcance destes objetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas foram extintas, dado o processo de normatização abusivo instituído pela agência reguladora ANEEL. Além disso, embora numa leitura *en passant* o novo modelo elétrico brasileiro permita a criação de novas cooperativas, na prática, dificilmente surgirão, devido à silenciosa restrição posta pelas concessionárias via ANEEL que, através da Resolução 12, faz solicitações impraticáveis para o meio rural.

Quanto ao sistema de poder, podemos afirmar que houve uma mudança efetiva através da variação relativa da influência dos subsistemas de poder. Assim, o processo

de mudança do poder interno é caracterizado pela modificação da influência, ao longo do tempo, e influenciado pelo poder externo.

O poder econômico exerce muita influência no Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Embora a dívida das cooperativas tenha sido fabricada, a situação se tornou de difícil solução. Do ponto de vista administrativo, a concessionária quis receber uma dívida contabilmente correta, porém irreal, as cooperativas desejavam pagar a “dívida justa” e a ANEEL que deveria se pronunciar como deveria e como manda a lei, foi um dos veículos causadores do endividamento, quando não obedeceu a lei 10.438 e não estabeleceu tarifas módicas.

A solução veio através de um membro da CE, pela ação da justiça federal, mas nesse caso, o tempo demandado na apreciação e na quantidade de recursos possíveis de serem impetrados, atuou, na prática, contra a sobrevivência das cooperativas.

A ANEEL fez seu julgamento – “As cooperativas são incapazes de se tornarem agentes do setor elétrico” – assim, das iniciais 257 cooperativas que iniciaram o processo, mais de 230 já entregaram seus ativos para as concessionárias.

Concluimos que se a ANEEL tivesse cumprido a lei em 2003 com agilidade, não estaria havendo nenhum problema significativo nas cooperativas de eletrificação da Paraíba e do Brasil. No momento atual já seriam permissionárias e as dificuldades financeiras decorrentes das infundadas alegações do não estudo tarifário e do não repasse da subvenção, deixariam de existir. O Prejuízo das CER foi de 55 milhões de reais e perda do mercado de trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

MINTZBERG, Henry. *Power in and Around Organizations*. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, 1983.

MONEZI, M. *Sociedade cooperativa e o novo código civil*. <http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/mariangelamonezi/sociedadecooperativa.htm> - 26k. Acesso em 10.04.2008.

MORGAN, Gareth. *Imagens da Organização* - 2ª Ed. Atlas. São Paulo, SP 2002.

NASH, John. *Equilíbrio de Nash*. Ensaio. 1950.

NICÁCIO, J. A. *Alianças estratégicas entre agroindústrias integradas em cooperativas*. Trabalho de dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/ UFSC. Florianópolis, 1997.

OCB. *Regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural Brasileiras: Estudo Jurídico. Relatório Técnico.* Brasília. DF. 2006.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. *Cooperativismo: guia prático.* Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento de recursos humanos, 1979.

OSTROM Elinor *common-pool resource* (CPR), Ensaio. 2009.

OSTROM Elinor e HESS Charlotte. [Idéias, Artefatos, e Facilidade: Informação como um Recurso de Propriedade Comum. 2003.](#)

PADRE VIEIRA. *Sermão da Sexagésima.* 1655.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vicent de; DESCENDRE, Daniel. *O Poder das Organizações.* Atlas. São Paulo. 2006.

PEREIRA, Avani de Araújo - Diretora Executiva da UNISOL – Presidente da COOPERNUT - PB

PINHO, Diva Benevides. *Gênero e desenvolvimento em cooperativas: compartilhando igualdade e responsabilidades.* ESETec. Brasília: SESCOOP/OCB, 2000.

PINHO, D. B. *O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro.* in: Manual de Cooperativismo, vol. 1, CNPq, São Paulo, 1982.

REVISTA DIÁLOGOS. *Cooperativismo: a hora e a vez da economia solidária.* Ano 4, n 5, págs 42 – 44. ISSN 1981-2418. Dezembro de 2007.

RICARDO David. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.* Abril Cultural, SP, 1974.

RUSSEL, Bertrand. *O Poder - uma nova análise social.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SANSEVERINO. Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor e a defesa do fornecedor.* São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, Agostinho dos. *Cooperativismo: historia, doutrina, legislação, empresa cooperativa.* SESCOOP, 1998.

SANTOS, João Luiz Fonseca. *Estudo Tarifário das Cooperativas do Brasil.* Relatório técnico. João Pessoa, Pb. 2006a.

SANTOS, Kadidja Ferreira. *Gestão de Cooperativas* in SILVA, Ricardo Moreira da. *Introdução a Modelos de Gestão.* João Pessoa. Sal da Terra, 2006b.